

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: O QUE DIZEM SOBRE A INCLUSÃO?

MARIA CRISTINA MIRITZ SILVA¹; RAYMUNDO CARLOS MACHADO
FERREIRA FILHO²

¹ Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – mcrismiritz@gmail.com

² Instituto Federal Sul-Rio-Grandense- prof.raymundo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A inclusão nos espaços escolares é uma realidade amparada por lei, mas que ainda se encontra permeada por entraves que dificultam e restringem o acesso, a permanência e o êxito, especialmente para aqueles que apresentam alguma deficiência, dificuldade ou limitação. Diante deste fato, a presente pesquisa teve como objetivo compreender o processo de inclusão a partir da perspectiva de alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista utilizando como base a Teoria Histórico-Cultural e o sentido de pertença. Tratando-se de Mestrado Profissional, propor, a partir do aporte teórico e dos relatos de experiências vividas, um documento com recomendações básicas de convivência na escola. No percurso do projeto buscou-se conhecer a realidade através do olhar das pessoas com deficiência (PCD), pois, conforme SPERANZA (2021), pesquisas a partir da própria perspectiva dos indivíduos corroboram com práticas mais efetivas e levam à busca de ações para cuidados estratégicos.

Por outro lado, encontrou-se em Vigotski e em sua Teoria Histórico-Cultural a base teórica para sustentação deste trabalho, pois se reconhece que o ambiente e as relações sociais que cada sujeito vivencia são cruciais para o seu desenvolvimento, sobretudo para a criança com deficiência, pois, segundo Vigotski “o que decide o destino de uma pessoa, em última instância, não é o defeito em si mesmo, senão as consequências sociais, sua realização psicossocial” (VIGOTSKY, 1997, p. 19). Conforme o autor, esses sujeitos irão se utilizar de outras vias para aprender; outros modos de se apropriarem das ferramentas culturais. A essas vias chamou de compensação.

Baseados nestas premissas, entende-se que somos criaturas sociais, buscamos o contato e aprendemos com o outro. São as relações que permitem apropriarmos-nos de ferramentas que nos inserem na cultura e nos fazem humanos, assim sendo, observamos que a escola é um espaço de possibilidades, onde compartilhamos valores e sentimentos, recebemos apoio e construímos nossa autonomia. Em função disso, reconhecer o sentido de pertença como elemento importante para a formação de nossa identidade e bem como ter claro que o mesmo ocorre em meio às nossas relações faz da escola uma instituição, um ambiente favorável e fundamental para formação de nossa subjetividade.

No entanto, alunos PCD podem encontrar obstáculos que acabam gerando transtornos e limitações para o seu pleno desenvolvimento ao experienciarem a exclusão, segundo CANALES ESCOBAR e PEÑA TORRES (2014), tal atitude tem como consequências inconvenientes, mal-estar, restrição de oportunidades de interação e de aquisição de competências sociais para relacionar-se de forma satisfatória o que pode levar à dificuldade no sentido de pertença.

Para Vigotski a atividade coletiva é fundamental, de maneira que, para ele, a “pedagogia especial deve ser diluída na atividade geral da criança” (VIGOTSKI,

2021, p. 39), pois a cooperação e a ajuda mútua são vistas como preceitos que auxiliam no desenvolvimento, onde se pode empreender meios alternativos e instrumentos sociais específicos para compensação das deficiências.

O desenvolvimento pleno do ser humano, deficiente ou não deficiente, depende do processo de aprendizagem que ele realiza num determinado grupo cultural a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie. É o aprendizado que possibilita o movimento e o processo de evolução. O indivíduo vai constituindo-se nas relações que vivencia, nas experiências e vai construindo sentidos para suas próprias experiências subjetivas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa realizada caracteriza-se como um estudo de caráter qualitativo exploratório e descritivo. Tem a finalidade de compreender e interpretar o fenômeno, enriquecer as investigações, buscando o aprofundamento do contexto da inclusão na perspectiva dos alunos PCD. Definimos o estudo de casos múltiplos para a coleta de dados, pois, conforme YIN (2001, p. 19) “um estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto no mundo real”.

O trabalho valeu-se de entrevista semiestruturada com pessoas com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista que tenham concluído, no mínimo, o ensino fundamental e apresentam capacidade de *insight*, ou seja, que tenham condições cognitivas de pensar e refletir sobre a sua relação vivenciada na escola. O estudo constituído caracteriza-se como amostra por conveniência, sendo composta por ex-alunos; foram entrevistadas 4 pessoas com diagnóstico de deficiência intelectual com idades entre 19 e 25 anos e 4 pessoas com transtorno do espectro autista com idades entre 17 e 21 anos.

Para análise dos dados, utilizou-se de análise de conteúdo de BARDIN (2011), onde as definições das categorias levaram em consideração a relevância teórica, a frequência dos temas em cada uma e em todas as entrevistas juntas de modo que a constância, as semelhanças e a regularidade fizessem-se visíveis. Por categorias, compreendemos “operações de desmembramento do texto em unidades, segundo reagrupamento analógico” (BARDIN, 2011, p. 201).

As entrevistas foram combinadas por meio de contato via WhatsApp realizadas mediante a anuência dos participantes após lido e esclarecidos os termos do uso de seus relatos. Cada um dos participantes assinou o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Ao participante menor de idade, além do próprio sujeito, foi pedida autorização ao seu responsável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das entrevistas e do referencial teórico utilizado, constituíram-se as seguintes categorias: 1-o que é ser pessoa com deficiência; 2-invisibilidade; 3-apelido/rótulos; 4-rejeição/exclusão; 5-PCD na escola: experiências; 6-acolhimento na turma; 7-sentido de pertença; 8-compensação; 9-apoio e suas implicações.

Percebeu-se nos relatos dos sujeitos entrevistados o quanto participar da escola se faz importante, pois, além dos momentos de aprendizagem formal, tal experiência lhes permite a oportunidade de convívio ao lado de seus pares. Ocorre que nem sempre essas experiências se mostram de maneira positiva, assim, observa-se que, muitas vezes, existe uma grande dificuldade para esses alunos situarem-se dentro do espaço escolar e sentirem-se compreendidos e respeitados

em seus direitos. Em muitas situações os responsáveis por sua inclusão foram eles próprios ou porque o apoio recebido foi de seus familiares ou colegas da sala de aula.

Observam-se nas falas desses sujeitos a dor ao perceberem atitudes e discursos impregnados por preconceito, discriminação, *bullying*, falta de compreensão, falta de empatia para com a dor do outro, a dificuldade para ser aceito em grupos, a falta de recursos adequados e o descaso com a aprendizagem, o que gera dúvidas sobre sua capacidade, como se o problema fosse a deficiência. Tudo isso gera sofrimento e barreiras do tipo atitudinais ficam aí evidenciadas e suas consequências podem ser observadas na restrição dessas pessoas a sua participação na escola e também na sociedade, ou seja, marginalizando-os, limitando suas possibilidades de crescimento e aprimoramento, bem como dificultando suas relações sociais, repercutindo em sua formação subjetiva e em sua identidade.

Numa tentativa de se incluírem, alunos com deficiência buscam elementos relacionados à compensação e acabam criando mecanismos que os auxiliam dentro de suas potencialidades para melhor participar e apropriar-se do contexto. Percebe-se que esses mecanismos estão diretamente relacionados aos apoios recebidos, bem como ao sentido de pertença a esse ambiente e à turma em si.

A inclusão pressupõe a participação efetiva de todos em igualdade de oportunidades, sendo assim, “não pode haver inclusão se os caminhos são inadequados, se a linguagem não é acessível, se não há métodos e técnicas de aprendizagem apropriados, se há preconceito, estigmas e estereótipos” (CARVALHO, 2018, p. 17), ou seja, a escola e suas práticas inclusivas precisam ser ressignificadas, pensando nisso, foi construído, a partir das experiências e sugestões dos entrevistados, um Guia Básico de Convivência na Escola.

4. CONCLUSÕES

Através dos relatos percebeu-se que a inclusão ocorre de maneira limitada por encontrar obstáculos em atitudes e na conduta de pessoas, portanto, definimos como básica a eliminação das barreiras atitudinais. Para tanto, a conscientização ainda se mostra como a melhor via, a convivência, a busca de soluções no coletivo, não como atitude particular de um único sujeito, assim, o material intitulado “Guia Básico de Convivência na Escola” é uma ferramenta adequada para o apoio em sala de aula.

Observou-se que o sentido de pertença produz solidariedade com grupos excluídos e vulneráveis, favorecendo a “assinatura de convênios ou contratos sociais necessários para apoiar políticas destinadas a alcançar a equidade e a inclusão” (LOURENÇO, 2020, p. 25). Assim, ter na escola um espaço acolhedor que impulsiona a participação social de alunos com deficiência pode amenizar os efeitos negativos da discriminação social.

Considerando os aportes teóricos da Teoria Histórico-Cultural, onde a convivência na pluralidade é condição fundamental para o desenvolvimento, onde a participação na cultura cria o cenário para a constituição da subjetividade, percebemos que as vivências e as experiências no espaço escolar mostram-se essenciais para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. E, na medida em que se sentem capazes de aprender, motivam-se a buscar meios para empreender e engajar-se no processo, esses indivíduos tendem a desenvolver-se e participar, ampliando suas oportunidades e suas expectativas, bem como seu desejo de ir adiante, construindo novas alternativas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 7. ed. São Paulo: Edições 70/ Almedina Brasil, 2011

CANALES ESCOBAR, D.; PEÑA TORRES, L. **Escuela: Factores que Impactan en el Sentido de Pertenencia en Dibujos y Relatos de Estudiantes de Séptimo Básico en Cuatro Escuelas Municipales**. 2014. Tesis (Licenciatura em Psicología y al título de Psicólogo) – Fac. de Filosofía y Educación, Escuela de Psicología, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso.

CARVALHO, M. do R. **O Acesso de Servidores Públicos com Deficiência na Universidade Federal da Paraíba e as Barreiras Atitudinais no Ambiente de Trabalho**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional) – Centro de Educação: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba.

LOURENÇO, M. **O Sentido de Pertença de Adolescentes ao Ambiente Escolar e sua Interface com o Apoio Social e a Saúde Mental**. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos.

SPERANZA, M. Sentimento de Pertença de Adolescentes na Interface com a Saúde Mental: Uma revisão de escopo. 2021. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da Defectologia**. v. 1. Organização, edição, tradução e revisão técnica: Zóia Prestes & Elizabeth Tunes. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

VIGOSTKY, L. S. **Obras Escogidas V: Fundamentos de Defectologia: Edicion em lengua Castellana**. Madri: Visor, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.